

## AS LUTAS CONTRA O DESEMPREGO

Cláudio Perani

(Publicado originalmente nos *Cadernos do CEAS* n.º 101, jan.-fev. 1986, p. 49-51)

O problema do desemprego está gerando uma crise social de grande repercussão e de prejuízo irreversível para a população brasileira. Está presente no Brasil inteiro, do Sul ao Norte, no campo e na cidade. Em vários encontros de CEBs, de grupos de periferia urbana ou de trabalhadores rurais, o desemprego aparece no depoimento de muitos, com sua dramaticidade.

O mais angustiante é que diante desse problema as pessoas ficam sem saber o que fazer. O encaminhamento de alguma solução parece tão superior às possibilidades dos grupos interessados que, muitas vezes, a discussão sobre desemprego fica na constatação da realidade, sem conseguir encaminhar algo de mais concreto.

Um conhecimento maior da situação, porém, e uma análise mais aprimorada revelam que, também neste setor, há um fervilhar de iniciativas.

Em primeiro lugar, devemos reconhecer que o povo brasileiro luta para sobreviver. Há, é verdade, o caso extremo e dramático de algumas pessoas que se suicidaram por não conseguir trabalho. Mas são situações limites. A necessidade da vida impõe a cada dia a luta pela sobrevivência. Faz anos que o povo repete que o custo de vida continua subindo e os salários não o acompanham. Pior ainda, quando o salário não existe porque o trabalhador foi demitido. Não dá mais para aguentar... Mas deu! O povo está resistindo. Multiplicam-se os biscates, aumentam as migrações, encontram-se novos canais de sobrevivência. Desenvolve-se toda aquela atividade que os técnicos chamam de "economia submersa", porque não individuada pelas pesquisas oficiais, mas inventada e bem conhecida pelos interessados.

Mas não existem somente estas iniciativas individuais. Há algo de mais organizado e socializado, que está aparecendo no Brasil inteiro. Desde experiências limitadas e isoladas até o 1.º Encontro Nacional do Movimento de Luta Contra o Desemprego, anunciado para outubro no momento em que estamos escrevendo estas linhas.

Em São Paulo, existe a *Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego* (APSD). Consegue unir as forças do Governo do Estado, de quatro Igrejas e de empresários cristãos. São recolhidas doações em dinheiro para os desempregados. Nas periferias da cidade, formam-se grupos que se filiam à Associação e no fim de cada mês recebem uma quantia em dinheiro. A iniciativa, interessante e louvável, pode criar dificuldade para um trabalho mais político que pretenda lutar pela criação de empregos.

Sempre em São Paulo, surgiram *Comitês de Luta Contra o Desemprego*, na capital e no interior, organizados com plenárias municipais, regionais e estadual. Em 1983, foi realizado o acampamento de Ibirapuera, que durou dois meses e meio.

Quase um ano depois do acampamento, 1.500 desempregados organizados a partir de 70 comitês da Plenária Estadual ocuparam por uma semana a sede do SINE (Sistema Nacional de Emprego).

Na luta contra o desemprego, aparecem habitualmente duas propostas: uma de auto-ajuda e outra de reivindicação. A primeira consiste na união de quatro famílias empregadas, para ajudar uma quinta sem emprego (ou 5x2). A segunda consiste em elaborar uma pauta de reivindicações, encaminhando-as nas diversas instâncias competentes. As reivindicações encaminhadas foram:

passage livre nos transportes, isenção de taxas de água e luz, cestas de alimentos de 75 Kg distribuídas mensalmente, emprego com estabilidade mínima de um ano, atendimento médico pelo INAMPS, seguro desemprego.

Enquanto a primeira orientação, mais assistencial, retarda uma luta de reivindicação, a segunda pode chegar rapidamente a um nível de maior politização que dificulte soluções imediatas sempre necessárias. Em alguns bairros de São Paulo, tenta-se ligar as duas iniciativas. Atualmente a Plenária Estadual conta, também, com o apoio financeiro da Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego.

No Sul do Brasil, a partir de lutas isoladas e de um encontro, nos dias 4 e 3 de fevereiro de 1985, em Curitiba, reunindo quatro estados, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e S. Paulo, surgiu o *Movimento Nacional de Luta contra o Desemprego*, que começou a publicar um Boletim Informativo, com o objetivo de traduzir as lutas dos desempregados e servir de elo de ligação entre os companheiros dos diversos recantos do país. Atualmente, o Movimento integrou também os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

O Estado do Paraná tem uma das lutas mais organizadas: Contando com a participação efetiva de 176 associações -de moradores, o movimento paranaense iniciou com lutas isoladas e a partir de atividades que preenchiam, a curto prazo, as necessidades dos desempregados, como feiras de produtos hortigranjeiros, hortas comunitárias, bazares, etc. Depois começou a lutar pela criação de Frentes de Trabalho, além de outras reivindicações. Houve reuniões, encontros, assembléias. A primeira e marcante manifestação pública do Movimento de Curitiba e região metropolitana foi uma passeata realizada no mês de abril de 1984, com mais de 5.000 pessoas. Reivindicaram frentes de trabalho, passe livre para os desempregados e isenção das taxas de água e luz. Conseguiram do Governo do Estado 8.000 passes diários para Curitiba e 2.100 para a Região Metropolitana e a liberação de 2 bilhões de cruzeiros para serem aplicados em frentes de trabalho em todo o Paraná, construindo escolas e creches e executando serviços de saneamento nos bairros.

O movimento do Rio de Janeiro, com uma articulação reunindo, por enquanto, Petrópolis, Nova Iguaçu e Caxias, caracteriza-se pelo desenvolvimento de atividades como rifas, filmes, bônus, shows, teatro, venda de biscoitos, de confecções, etc. A preocupação maior é a assistência aos desempregados, promovendo sua solidariedade e organização.

O Encontro de Curitiba, depois de ter relatado as diferentes experiências, ficando claro que cada Estado continuará levando suas lutas e reivindicações específicas de acordo com suas particularidades, fez as seguintes propostas para o movimento a nível nacional:

- relação orgânica entre os desempregados da cidade e do campo;
- ampliação do Movimento buscando contatos com outros Estados que levam a luta contra o desemprego;
- ampliação do Movimento com a participação política de entidades como CUT, CONCLAT, Pastoral Operária, Partidos Políticos, Igrejas, Entidades de Direitos Humanos, OAB, etc.
- emissão de um Boletim Nacional de Luta contra o Desemprego;
- realização do I Encontro Nacional de Luta contra o Desemprego.

As principais bandeiras de luta a nível nacional são:

- redução da jornada de trabalho de 48 horas para 40 horas semanais sem redução dos salários e sem horas extras;
- implantação imediata do salário-desemprego;

- reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;
- previdência social aos desempregados extensiva aos seus familiares.

E no Nordeste?

A luta pela sobrevivência não é menor. A grande concentração populacional e a estrutura sócio-política diferente aumentam as dificuldades para enfrentar o desemprego. Nesta situação, continua prioritária a iniciativa das migrações, seja para o Norte, seja para S. Paulo, que continua pólo de atração.

Não faltam iniciativas específicas: luta pela readmissão dos companheiros demitidos, ocupações de terra, iniciativas de pequenas "cooperativas" de serviços, etc.

O movimento mais organizado que vem do Sul poderá ajudar e fortalecer as iniciativas locais. É importante, porém, que não perca sua especificidade, favorecendo as lutas próprias dos desempregados bem enraizadas em núcleos de base.